



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO**

PORTARIA Nº 241, DE 12 DE MARÇO DE 2024.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da [Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993](#), considerando o disposto no Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela [Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015](#), e considerando, ainda, o disposto na [Portaria SG/MPF nº 174, de 20 de março de 2019](#), que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo Ministério Público Federal, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais do respectivo Instrumento Negocial:

Fiscal Administrativo: Edmar Aparecida Lemes Soares Kakihara, matrícula 21968-1.

Fiscal Administrativo Substituto: Hermebert Hermes Siqueira de Souza, matrícula 8787-1.

Fiscal Técnico: Hermebert Hermes Siqueira de Souza, matrícula 8787-1.

Fiscal Técnico Substituto: Edmar Aparecida Lemes Soares Kakihara, matrícula 21968-1.

Instrumento Negocial: CONTRATO 14/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de audiovisual em ambiente interno, com captação de som e imagem para fins de reprodução no próprio ambiente e transmissão via sistema de videoconferência (live streaming), com disponibilização pela empresa dos equipamentos necessários e da mão de obra qualificada para a operação destes, além do link de internet, a fim de atender à necessidade da Procuradoria da República de São Paulo durante a realização de evento

Art. 2º O fiscal e seu substituto ficam designados pelo prazo de vigência do Contrato, incluindo as prorrogações que venham a ocorrer.

Art. 3º Os afastamentos do fiscal e do substituto que permitam agendamento prévio não poderão ser usufruídos em datas coincidentes.

Art. 4º Quando houver a necessidade de mudança do fiscal titular e/ou seu substituto, a unidade requisitante dos bens ou serviços deverá, formalmente, levar o fato ao conhecimento da Divisão de Contratações e Gestão Contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ÂNGELO GRIMONE
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 14 mar. 2024. Caderno Administrativo, p. 19.](#)

MPF
Ministério Público Federal